

## **ATA Nº 06/2026 - 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Aos 28 (vinte e oito) dias do mês de maio de dois mil e vinte e seis, os conselheiros: Adriana R. Rocha dos Santos, Adriano Martins Xavier, Ana Lucia Rodrigues, Andreia Micrute, Barbara Princival Cordeiro, Brayan Adan Locatelli Persogona, Camila Kazuza Fraga de Andrade, Caroline Pereira de Araújo Maia, Clayton Hepp Graebin, Clicie Maria Cancelier Negoseki, Daniela Medeiros de Oliveira, Denise Dondoni Hoelzer, Dheborá Cristina da Silva, Fátima Batistão Machado, Fernanda Igerski, Juliana Canassa, Juliana Valli Mocelin Criminácio, Karine Lorenzetti, Leila Gonçalves de Carvalho, Letícia Brandt Jorgensen de Almeida, Marilza Aparecida Pereira Teixeira, Marinês Gabriela Christoff Jarek, Maristela do Rocio Dittert, Rodrigo Cristiano de Oliveira, Tainã Miranda Vidon, Valdelíria Cristina Afonso. Sob a presidência da Conselheira Caroline Pereira de Araújo Maia, reuniram para a 4ª reunião ordinária do Conselho Pleno, no formato on-line, tendo como pauta: **1** – Abertura da Sessão Plenária; **1.1** - Verificação do quórum, faltas justificadas e injustificadas; **1.2** – Aprovação da Ata; **2** - Processo: **2.1**- Escola Maple Bear SJP Educação Infantil; **3** – Pedido de alteração de calendário das unidades: Arca de Noé, CEI Riquezas da vida, CEI Primeiro Passos; **4** -Casos de Influenza: CEI Semeando o Futuro e Nova Conexão; **5**–Colégio Bom Jesus – parecer; **6** – Correspondências.

A Presidente Caroline inicia a reunião cumprimentando a todos, em seguida explicou que a reunião seria realizada de forma online para otimizar o tempo e a logística frente às altas demandas de trabalho das pessoas envolvidas, destacando que, apesar de preferir o presencial, o formato remoto era necessário no momento. Formalizou o início da 4ª reunião ordinária e solicitou a aprovação da ata da 3ª reunião, enviada via e-mail no dia 18 de maio. Após a verificação do quórum, a ata foi aprovada com 12 votos favoráveis no chat, com o registro de ausência de Marilza Aparecida Pereira Teixeira na reunião anterior. O conselho analisou o pedido de renovação da autorização de funcionamento da unidade Maple Bear. Vanessa confirmou que a documentação, enviada pela divisão de estrutura e funcionamento, estava em conformidade. O pedido foi aprovado por 13 votos. Seguindo com a pauta, a Conselheira Caroline diz que algumas unidades solicitaram alterações em seus calendários: A Arca de Noé solicitou uma alteração em seu calendário escolar devido ao feriado de Corpus Christi (4 de junho) e o recesso subsequente no dia 5 de junho. A unidade propôs compensar o recesso no dia 19 de junho. A alteração foi aprovada pelo conselho. O centro Riquezas da Vida solicitou a dispensa das aulas do dia 28 de maio devido a uma manutenção da Copel que resultou no desligamento de energia elétrica na unidade. A unidade solicitou que a aula fosse reposta no dia 25 de julho de 2026. A alteração foi aprovada pelo conselho. A unidade Primeiros Passos solicitou a alteração da data de uma reunião pedagógica, anteriormente marcada para 18 de maio, para o dia 15 de junho. A Conselheira Leila Carvalho explicou que o pedido foi necessário devido a problemas de saúde de familiares e de uma servidora. A alteração foi aprovada pelo conselho. A Presidente Caroline apresentou o caso da unidade Semeando o Futuro, que suspendeu as aulas nos dias 14 e 15 de maio devido a um surto de influenza que afetou 39 crianças e 6 professores. A unidade entrou em contato com o conselho após a decisão de fechamento para solicitar orientações sobre a reposição das aulas. Os conselheiros discutiram se a reposição de aulas em casos de saúde poderia ser realizada de forma

remota. A Conselheira Ana Lucia alertou sobre as implicações contratuais das escolas particulares com as famílias, enquanto a Conselheira Daniela Medeiros enfatizou a necessidade de acionar a Secretaria de Saúde e o setor de epidemiologia para garantir protocolos de higienização corretos. Foi estabelecido que o fechamento da unidade Semeando o Futuro ocorreu pela impossibilidade de atendimento devido à falta de funcionários, e não por decisão pedagógica. Os conselheiros concordaram que a reposição das aulas não deve ser realizada de forma remota, sob risco de criar um precedente inadequado. A Presidente Carolline concluiu que a decisão do conselho é de que a reposição das aulas para a unidade Semeando o Futuro seja obrigatoriamente presencial. O conselho aguarda que a unidade envie as datas específicas em que a reposição será efetuada. A Presidente Carolline relata que a unidade Nova Conexão suspendeu as aulas nos dias 14 e 15 de maio sem aviso prévio ou coordenação com o conselho, manifestando preocupação com a falta de comunicação e de documentos comprobatórios, como atas ou atestados adequados. O conselho determinou que a unidade também deve realizar a reposição das aulas de forma presencial. Em seguida, os conselheiros discutiram o caso do Colégio Bom Jesus, que matriculou duas crianças no Infantil II, sendo que a modalidade correta seria Infantil I. Após análise da Câmara de Normas, foi decidido que as crianças podem permanecer no Infantil II este ano para evitar prejuízos pedagógicos, visto que já estão adaptadas, mas a unidade foi orientada a não repetir essa prática e as crianças deverão cursar novamente o Infantil II no ano seguinte. A instituição reconheceu a falha e comprometeu-se a não repetir esse procedimento em 2027, garantindo o cumprimento das normas municipais. Os conselheiros debateram se as crianças deveriam ser transferidas ou permanecer na turma atual. A Conselheira Marilza destacou a recorrência desse problema e a necessidade de evitar práticas irregulares que o Tribunal de Contas cobra. A Conselheira Leila argumentou que outras unidades menores se adequaram e que abrir precedentes é injusto, sugerindo transferência das crianças. Após a discussão, a conselheira Ana Lucia esclareceu que o caso chegou ao conselho porque o Bom Jesus insistiu em manter as matrículas, diferentemente de outras escolas que acataram as orientações da divisão de estrutura. Foi realizada uma votação, resultando em 14 (catorze) votos a favor e 3 (três) contra a manutenção das crianças no infantil dois para o ano vigente, com a proibição de tal prática para o ano de 2027. A Presidente Carolline segue com a pauta e lê o ofício enviado pelo sindicato SINSEP que solicitou a reavaliação da organização do ensino religioso, alegando que, segundo algumas unidades, as aulas estariam sendo fragmentadas em blocos de aproximadamente 20 minutos, prejudicando o aprendizado. O sindicato argumentou que essa fragmentação causa dificuldades na condução de atividades e compromete o direito ao recreio e a continuidade pedagógica. A Conselheira Maristela Dittert esclareceu que não existe orientação do conselho ou da secretaria para fragmentar o ensino religioso em blocos de 20(vinte) minutos; a carga horária estabelecida é de 40 (quarenta) minutos. Maristela considerou a denúncia desnecessária, pois o problema é de organização interna da escola e não de diretriz do conselho. A Conselheira Denise Dondoni explicou que a Secretaria Municipal de Educação (SEMED) tem auxiliado as escolas com dificuldades de grade, enfatizando que a reestruturação de horários é um processo complexo que impacta toda a unidade. Denise afirmou que não é viável alterar a carga horária durante o ano letivo, mas que a equipe está ouvindo as escolas. Os conselheiros concordaram que a organização do cronograma é uma competência interna de cada unidade, e não uma questão para deliberação do conselho. Foi decidido que o conselho responderá formalmente ao SINSEP, orientando que as unidades com dificuldade busquem suporte junto à SEMED. As conselheiras Dhebora Silva e Clície Cancelier sugeriram que as reclamações

enviadas ao conselho podem ser um indicativo de problemas mais profundos de gestão e falta de diálogo dentro das unidades escolares . Ficou acordado que a SEMED manterá um olhar atento e um acompanhamento mais próximo dessas instituições para verificar se há irregularidades administrativas. A Conselheira Carolline leu o ofício número 108 (cento e oito) onde a SEMED apresentou um relatório detalhado sobre o CMEI Cantinho do Céu, motivado por denúncias de falta de professores e problemas no atendimento. A secretaria confirmou ter realizado visitas técnicas entre fevereiro e março de 2026, constatando que a unidade possui equipe gestora completa, mas enfrentou desafios com o absenteísmo e a gestão de horários. A conselheira Marilza relatou que a escola matriculou crianças antes de garantir o quadro de professores completo, o que gerou o problema inicial. A secretaria identificou que problemas pessoais de saúde da direção impactaram a gestão, mas afirmou que a situação já está sendo regularizada e que a unidade está sendo monitorada de perto pela equipe técnica. A Conselheira Carolline informou sobre o recebimento de uma solicitação da SEMED para a indicação de membros titulares e suplentes para a comissão gestora do Plano Municipal da Educação 2026-2036. As conselheiras Carolline e Maristela foram designadas como representantes para a referida comissão, após a conselheira Louise manifestar interesse apenas na ausência de outros candidatos. Foi discutida a formação da Comissão Municipal para o Plano Decenal da criança e do adolescente, com Juliana Valli, da documentação escolar, indicada como titular. A presidência do CME, Carolline voluntariou-se como suplente para auxiliar na comissão, visto que não houve outros interessados. O conselho debateu a proposta de deliberação da educação integral enviada pela SEMED, ressaltando que o documento precisa estar aprovado e publicado até o dia 1º de julho. A documentação será encaminhada à Câmara de Normas para análise e estudos, com a previsão de uma reunião inicial na semana seguinte. A Conselheira Denise indagou se seria possível convidar especialistas externos, especificamente da Secretaria, para orientar a construção do documento da educação integral. A Presidente Carolline e a Conselheira Ana Lucia esclareceram que, embora a colaboração externa possa ser agregada para otimização ou esclarecimento de dúvidas, o trabalho de análise compete primordialmente aos conselheiros da Câmara de Normas. A construção do documento deve contemplar ajustes na educação infantil, ensino fundamental e educação especial, sendo necessário que os conselheiros reservem agenda para finalização rápida, visando evitar atrasos no fechamento do dia 30. A Presidente Carolline informou as chefes de departamento, as Conselheiras Marilza, Denise e Clicie, que solicitou ao gabinete as portarias referentes à escolha de turma, com o objetivo de iniciar a regulamentação no retorno do segundo semestre. A conselheira Clicie explicou que o envio para as unidades depende da conclusão do Projeto Político Pedagógico (PPP), para evitar sobreposição de demandas. A Presidente do CME, Carolline agradeceu a presença dos conselheiros, incluindo Ana Lucia, Clayton, Dhebora, a pastora Adriana, Lisa e Maristela, na formação sobre o FUNDEB, destacando a relevância e a complexidade do conteúdo apresentado. A Presidente Carolline agradece a participação de todos e encerra a reunião.

A Presidente agradece a presença de todos e encerra a reunião. Eu, Vanessa Ribeiro de Andrade Silka, lavrei a presente ata, que depois de aprovada será assinada pela Presidente e pelo Secretário Geral do CME.

---

Presidente do Conselho Municipal de Educação

---

Secretário(a) Geral do Conselho Municipal de Educação